O SISTEMA PRISIONAL E O PRECONCEITO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENCARCERAMENTO NO PAÍS DOS PRESÍDIOS

EI SISTEMA PRISIONAL Y EI PREJUICIO SOCIAL: UNA REFLEXIÓN SOBRE EI ENCARCELAMIENTO EN EI PAÍS DE LOS PRESIDIOS

Mark Napoli¹

RESUMO: O presente artigo discute a inaceitável utilização de uma política pública para o exercício do preconceito. Nesse sentido, questiona o papel das instituições totais, tal qual o cárcere, que segrega vários grupos que ainda são alvos sistemáticos de preconceito em nossa sociedade, entre eles os chamados “loucos”, os chamados “viciados” e os cidadãos de raça negra.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento; Sistema Prisional; Preconceito Social.

RESUMEN: El presente artículo discute la inacceptable utilización de una política pública para el ejercicio del prejuicio. En ese sentido, cuestiona el papel de las instituciones totales, tal cual la cárcel, que segrega varios grupos que aún son blancos sistemáticos de prejuicio en nuestra sociedad, entre ellos los llamados “locos”, los llamados “viciados” y los ciudadanos de raza negra.

PALABRAS-CLAVE: Encarcelamiento; Sistema Prisional; Prejuicio Social.

“[R]evoluções começam quando pessoas que são definidas como problema atingem o poder para redefinir o problema” – John McKnight, 1992.

O encarceramento tem sido uma das, senão a principal, estratégias de resposta ao chamado crime. Presente desde o início da revolução industrial, sua estrutura está tão enraizada em nossa sociedade que poucos são os que verdadeiramente questionam esta instituição. Ao contrário, o que continua acontecendo é um aumento sem precedentes do número de pessoas vivendo no cárcere. A justificativa pouco mudou desde a instauração desse dispositivo legal: a

¹ Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da UFMG, onde foi graduado. Médico Psiquiatra e Professor Universitário.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

necessidade de se combater o crime com a impostura da lei, punindo e afastando o criminoso do convívio social para proteger a sociedade e, ao mesmo tempo, corrigir aquele que cometeu o crime. O pressuposto é que a causa do crime é a pessoa – o criminoso (portador de um desvio moral e de uma tendência inata ao crime). Qualquer tentativa de implicar a sociedade, suas inequidades e incoerências na causalidade do crime continua sendo relegada a um segundo plano. A “ciência criminogênica” se mantém quase que absoluta na produção de verdade sobre a criminalidade (não apenas no que diz respeito à causalidade, mas, também, na sustentação destes pressupostos para o estabelecimento de políticas de enfrentamento do crime).

Assim, ditos como “bandido bom é bandido morto” ainda ecoam com força em nossa sociedade sustentados agora por uma “ciência” que atesta, em nome da redução do risco, a utilização de métodos segregativos, mesmo que isso implique na redução drástica de qualidade de vida e, em última instância, na morte. O sacrifício de vários “bandidos” se justifica na diminuição do risco de um “não bandido” ser vítima de um crime.

O sistema prisional dos Estados Unidos é modelo nesta estratégia. O aumento do tempo de cárcere mesmo para qualquer tipo de crime, mesmo aqueles considerados não violentos, foi e ainda é a quase que única resposta política para uma sociedade que quer correr cada vez menos riscos e que continua aceitando passivamente como verdade a argumentação de que qualquer forma de crime é uma manifestação de uma tendência inata ao crime. Atribuir penas de encarceramento para qualquer forma de crime (principalmente quando reincidente) ganha nova força, desta forma, agora não apenas como punição e correção, mas, também, como forma de prevenção ao crime: aquele que comete vários crimes pequenos certamente vai cometer um crime mais sério, a qualquer momento. “Tranca nele” antes que o pior aconteça (a prevenção secundária no sistema penal). Esta argumentação vem sendo utilizada por vários estados dos Estados Unidos da América para a aprovação de leis como o “three strikes and you are out”² onde, na terceira condenação, independente da gravidade do crime, uma pena mínima de 10

² Da regra do beiseball: três batidas e você está fora.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

a 20 anos de cadeia é agregada³. Nesta mesma lógica, a incapacidade de adaptação às regras sociais por parte daquele que acabou de sair do cárcere passa a ser interpretada como prova irrefutável da grande dificuldade de se corrigir uma tendência inata ao crime e não de uma deficiência do sistema, servindo, então, como justificativa para se aumentar as penas. O resultado é um ciclo vicioso, onde cada vez mais pessoas são presas por um tempo cada vez maior por transgressões cada vez menores da lei.

Não foi surpresa o fato do sistema prisional dos Estados Unidos ter, mais uma vez, ganhado destaque neste ano, quando sua população prisional atingiu a incrível marca de 2,3 milhões de pessoas. O país, com pouco mais de 3,4% da população mundial, detém 25% da população prisional do mundo. É a maior população carcerária em números absolutos e também em números relativos: mais de 0,7% da população dos Estados Unidos (quase 1 em cada cem adultos) está no cárcere (o segundo país que mais encarcera é a Rússia, com pouco mais de 0,6% de sua população no cárcere; a média geral da Europa é de pouco mais de 0,1%).

O alto custo deste sistema e sua ineficácia não são novidades. Os Estados Unidos está longe de ser considerado o país mais seguro, longe de ter o menor índice de criminalidade, apesar de ser o país que mais encarcera e que mais gasta neste processo. Ao contrário, o que esta estratégia acaba por gerar é, em última instância, um enorme fluxo de pessoas entrando e saindo dos presídios: nos Estados Unidos, mais de 600 mil pessoas são condenadas ao cárcere a cada ano e, também, mais de 600 mil pessoas saem do cárcere a cada ano (ao todo, são quase 9 milhões de aprisionamentos por ano, a maioria passando apenas por cadeias públicas, sem ter sido sentenciado). É sabido que, em torno de 80% daqueles que saem do cárcere, vão voltar para o cárcere nos 5 anos que se seguem à saída do presídio (mais de 50% com uma condenação por um crime diferente daquele do encarceramento anterior). Se a preocupação fosse realmente a periculosidade, fica difícil entender a lógica da prevenção ao crime neste sistema que parece apenas trocar seis por meia dúzia (ao que parece, usando a ciência criminogênica, aquele

³ Cf. WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

que sai do cárcere é no mínimo tão perigoso quanto aquele que entra). O custo? Algo em torno de 80 bilhões de dólares por ano.

O que estaria, de fato, sustentando uma política pública tão invasiva, grandiosa, cara e ineficaz? Seria esta a única forma de política social pública admissível para os que propõem um governo mínimo? Certamente existem vários grupos com interesses específicos ajudando a manter esta aberração (e.g. donos de presídios privados), mas cabe perguntar, em última instância, se é possível encontrar explicação no que, em seu âmago, parece ser apenas estupidez.

A SEGREGAÇÃO DOS CIDADÃOS DE RAÇA NEGRA E DOS CIDADÃOS EM SOFRIMENTO MENTAL NO SISTEMA PRISIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Em qualquer instituição que segrega baseada em preceitos morais deve-se esperar encontrar um excedente de cidadãos que cotidianamente são alvos do preconceito social. Os inquietantes dados demográficos do sistema prisional dos Estados Unidos parecem não deixar dúvidas quanto a esta realidade.

Alguns números relacionados com a população de cidadãos de raça negra no cárcere (dados levantados pelo Center for American Progress, 2012)⁴:

A população negra corresponde a 30% da população dos Estados Unidos, mas 60% da população carcerária neste país; um em cada 15 homens, adultos e negros, estão no cárcere (para a população hispânica, este dado corresponde a um em cada 36 e para a população de raça branca, este dado muda para um em cada 106 adultos homens); efetivamente, um em cada três homens negros dos Estados Unidos vão passar parte de sua vida no cárcere.

⁴ Disponível em: <https://www.americanprogress.org/>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

Alguns números relacionados com a população de cidadãos em sofrimento mental no cárcere:

Os dados também apontam para um inquietante excedente de cidadãos em sofrimento mental nos presídios dos Estados Unidos: quase 20% das pessoas cumprindo pena no cárcere são considerados portadores de sofrimento mental grave (comparados com 4% da população geral); 53% apresentaram sintomas compatíveis com o diagnóstico de abuso ou dependência a álcool e/ou outras drogas no ano anterior ao encarceramento (enquanto na população geral este dado é de 16%); 36% apresentaram sintomas compatíveis com o diagnóstico de abuso ou dependência a drogas chamadas ilícitas (enquanto na população geral este dado é de 0,6%).

Um pouco mais sobre o cidadão em sofrimento mental no cárcere

Em geral, nos Estados Unidos, o cidadão em sofrimento mental grave cumpre 1 ano e meio a mais de cárcere quando comparado com um cidadão sem sofrimento mental sentenciado por um crime semelhante. Se não existe nenhuma evidência de que o cidadão em sofrimento mental grave é mais violento ou comete mais crimes do que o cidadão que não está em sofrimento mental, por que estamos impondo penas significativamente maiores a este grupo de pessoas?

É aqui onde a ciência criminogênica esbanja o seu saber. A utilização de dados referentes ao comportamento no cárcere, para avaliar aquele que deve usufruir do direito à progressão na pena parece, a princípio, bastante lógico, razoável e científico. Poderia parecer também lógico, para os mais desavisados, manter no cárcere, por um período maior, aqueles que apresentam maiores chances de retornar ao cárcere. O que esta ciência não parece se preocupar é com o fato de ser o distúrbio de comportamento uma manifestação comum do sofrimento mental grave. Nesta situação, a punição com castigos, aumento de pena, cerceamento do direito de progressão na pena e com segregação (termo mais “humano” para se referir à solitária) não nos parece muito diferente do sadismo nos calabouços do

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

século XVII. Quanto à prorrogação da pena daquele que tem maior chance de voltar ao cárcere não difere muito da tentativa de se apagar fogo com gasolina: quanto mais tempo no cárcere, mais difícil a re-inserção social, gerando mais e mais tempo de cárcere. Sabemos onde isso vai dar; afinal, eventualmente, ainda é possível escutar os ecos dos defensores das instituições destinadas ao encarceramento indefinido do cidadão em sofrimento mental que apresenta dificuldades em seguir os protocolos impostos para adequação ao “comportamento ideal”.

DISCUSSÃO

Não faltam argumentos “naturais” para tentar justificar esta aviltante legalização da discriminação (curiosamente proibida em outro capítulo do Código Penal). Alguns vão dizer que a pobreza torna práticas ilegais, como o tráfico de drogas, mais atraentes e que, infelizmente, o número de pessoas negras nas classes sociais mais pobres faz o sistema prisional encarcerar esta população em proporção desigual. Também tem sido muito comum escutar que a diminuição do número de leitos em hospitais psiquiátricos, o fechamento dos hospitais psiquiátricos para os chamados “crônicos” e a dificuldade cada vez maior de se tratar cidadãos em sofrimento mental contra a sua vontade estariam no cerne do encarceramento desta população.

Não é pretensão deste artigo debater ou contra-argumentar exaustivamente esta ou qualquer outra explicação, simplista ou não, que tenta, em última instância, naturalizar a discriminação. Este debate nos parece inócuo.

Para avançar esta discussão, entretanto, parece-nos importante reconhecer que apenas denunciar esta aviltante política segregacionista, chamada de sistema carcerário, não tem sido o suficiente para sensibilizar a sociedade quanto à necessidade de sua radical transformação. Se tem sido difícil fazer avançar uma agenda cujo objetivo principal é alcançar o ideal de uma sociedade sem manicômios, o ideal de uma sociedade sem presídios, sem política segregacionista, parece um sonho ainda mais impossível para esta ou para as muitas gerações seguintes.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

Uma estratégia possível é a implementação de políticas que, por diminuïrem a intensidade do nível de segregação presente, além de diminuïrem o sofrimento de cidadãos vítimas deste preconceito, podem mostrar a possibilidade do ideal de uma sociedade sem discriminação. Algumas políticas são óbvias e contam com o apoio da grande maioria, como, por exemplo, o verdadeiro acesso ao amplo direito de defesa e de usufruto de todos os benefícios da lei a todos cidadãos submetidos a um processo penal; o amplo acesso a todo tratamento de saúde que se fizer necessário ao cidadão que se encontra no cárcere; a não punição de pessoas encarceradas que manifestam sintomas de sofrimento mental. Outras políticas parecem mais polêmicas, mas devem ser exaustivamente reivindicadas até a sua plena colocação em prática, como o fim da criminalização do consumo e venda de drogas para fins recreacionais, mesmo que estas drogas causem danos à saúde e dependência química, e a regulamentação da produção e comercialização destas substâncias. Apenas com estas medidas, a incidência de encarceramento cairia substancialmente.

O investimento na compreensão e conhecimento de fatores associados ao encarceramento parece ser também um caminho promissor. Se o preconceito sai de cena, abre-se espaço para uma investigação mais aprofundada sobre as histórias de trauma (abuso, violência e negligência) que fazem parte da vida de muitos daqueles que estão no cárcere. Aqui é possível visualizar a adoção de políticas que, ao lidar com esses traumas de maneira mais compreensiva, poderiam resultar também na diminuição da ocorrência de encarceramento.

Um pouco mais sobre o direito para todo cidadão (liberdade!), ainda que tam-tam

Cidadãos em sofrimento mental, mais do que qualquer outro grupo, não deveriam estar no cárcere. A possibilidade do cárcere provocar dano irreparável para o cidadão em sofrimento mental deveria ser motivo suficiente para o banimento desta prática. O grande problema é que, de uma maneira geral, as leis referentes à inimputabilidade do cidadão em sofrimento mental o retiram do cárcere do presídio

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

apenas para colocá-lo no cárcere do manicômio judiciário, em uma posição onde qualquer possível acesso a cidadania fica submetido à vontade daqueles que vão determinar a sua periculosidade. Não é por acaso que a inimizabilidade não é jamais reconhecida como um privilégio pelos operadores do direito, mas como um rótulo de louco criminoso que deve ser impresso naqueles que manifestam seus sintomas ao longo da tramitação processual.

A violação dos direitos de cidadania continua sendo um dos principais impedimentos para a plena recuperação dos cidadãos em sofrimento mental grave. A cidadania plena aponta para o respeito aos direitos individuais, o incentivo para que estes assumam responsabilidades, exercitem papéis de valor na comunidade, sejam capazes de obter recursos e manter relações sociais. Está mais do que estabelecido que independente da gravidade do seu sofrimento mental, cidadãos em sofrimento mental grave são capazes de identificar, escolher e alcançar objetivos significativos na sua vida.

O tamanho do preconceito em relação ao cidadão em sofrimento mental pode ser medido pela forma como seus direitos de cidadania estão garantidos nos textos das leis. É possível supor que o próprio sofrimento mental já é um fardo extremamente pesado a ponto de, por si só, limitar o acesso ao pleno exercício de cidadania. Não deveria então, o sistema de leis de uma sociedade preocupada em garantir a todos acesso igual à cidadania, criar mecanismos para contrabalançar os efeitos deste fardo? Não deveria o sistema de leis garantir privilégios àqueles com maior dificuldade de acesso aos direitos, recursos, responsabilidades, relações sociais e exercício de papéis de valor na sua comunidade?

Dois últimos pontos em relação ao tratamento do cidadão em sofrimento mental: o consentimento informado ou permissão para tratar deveria ser parte de toda proposta de tratamento em saúde mental; e não importa o tamanho do saber daquele que está propondo tratamento, deve-se deixar para o cidadão em sofrimento mental e seus entes queridos a decisão sobre a necessidade e sobre qual tipo de tratamento.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESC	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

CONCLUSÃO

Para além do questionamento da eficácia do encarceramento, enquanto política pública, em alcançar os objetivos a que se propõem, toda forma de segregação e de exercício de preconceito deveria ser banida da nossa sociedade. É inaceitável a utilização de uma política pública para o exercício do preconceito. O cárcere segrega vários grupos que ainda são alvos sistemáticos de preconceito em nossa sociedade, entre eles os chamados “loucos”, os chamados “viciados” e os cidadãos de raça negra.

Cabe ao leitor refletir: não seriam os presídios uma forma pseudo moderna das Casas de Correção que Foucault⁵ apresenta como origem dos manicômios? Entre o espeto do encarceramento supostamente mais humano, mas de prazo indeterminado, do hospital psiquiátrico de Pinel, onde a ausência de sintomas é o pressuposto para a alta e a brasa do cárcere, onde o bom comportamento, cada vez mais, se impõem como pressuposto para a liberdade, uma terceira via se impõem: Liberdade, ainda que tam-tam!!

REFERÊNCIAS

CENTER FOR AMERICAN PROGRESS. Dados do levantamento, disponível em: <<https://www.americanprogress.org/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 1 – nº 1 – Jan./Jun. de 2014	Trabalho 04 Páginas 47-55
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com